

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - 2021-1 - LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA COMPUTAÇÃO

QUESTÕES SOBRE LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).

Consulte a [L14058 \(planalto.gov.br\)](http://l14058.planalto.gov.br), em cada questão assinale a resposta (letra) que julgar correta e **JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA**.

1ª Questão

A Lei Geral de Proteção de Dados considera como dados pessoais sensíveis os dados sobre

- ☒ A - contas bancárias.
- ☐ B - viagens realizadas.
- ☐ C - formação acadêmica.
- ☒ D - origem racial ou étnica.
- ☐ E - numeração de documentos.

De acordo com a própria LGPD, tais dados sensíveis são aqueles que tratam a origem, étnica racial entre outros.

2ª Questão

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações, julgue o item que se segue.

Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, sendo autorizada a sua conservação para a finalidade de estudo por órgão de pesquisa, sendo garantida, sempre que possível, a anonimização desses dados.

- ☒ A - Certo
- ☐ B - Errado

Os dados são eliminados sempre após algum término de tratamento, contudo pode haver exceções que já foram estabelecidas no artigo. Segundo o artigo:

I - comprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

3ª Questão

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações, julgue o item que se segue.

A referida lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins econômicos.

- ☐ A - Certo
- ☒ B - Errado

A lei em questão ela sim, se aplica nas operações e atividades de tratamento, realizada por pessoa natural ou jurídica de direito publico ou privado.

4ª Questão

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações, julgue o item que se segue.

Entre os fundamentos que disciplinam a proteção de dados pessoais no Brasil, estão o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa e a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.

- ☒ A - Certo
- ☐ B - Errado

A disciplina de proteção de dados pessoais tem como um dos fundamentos o respeito a privacidade.

5ª Questão

Nos termos da Lei Brasileira que trata da Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, a respeito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), assinale a alternativa correta.

- ☐ A natureza jurídica da ANPD é permanente, podendo ser transformada pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.
- ☐ Ato do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações disporá sobre a estrutura regimental da ANPD.
- ☐ Não é da competência da ANPD apreciar petições de titular contra controlador após comprovada pelo titular a apresentação de reclamação ao controlador não solucionada no prazo estabelecido em regulamentação.
- ☐ Os valores apurados na venda ou no aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade não constituem receitas da ANPD.
- ☒ Os cargos em comissão e as funções de confiança da ANPD serão remanejados de outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Os cargos em comissão e as funções de confiança da ANPD serão remanejados de outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

6ª Questão

Segundo a Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, a transferência internacional de dados pessoais é permitida nas seguintes situações, **EXCETO**

- ☐ para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na Lei específica.
- ☐ quando a autoridade nacional autorizar a transferência.
- ☐ quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- ☐ quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades.
- ☒ quando a transferência for desnecessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internos.

A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida nos seguintes casos:

I - para países ou organismos internacionais para grau de proteção de dados pessoais

II - Quando oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios

7ª Questão

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.709/2018, que trata da Proteção de Dados, quanto aos princípios e sua conceituação legal, que, juntamente com o princípio da boa-fé, deverão ser observados nas atividades de tratamento de dados pessoais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Livre acesso: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- II. Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- III. Adequação: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.
- IV. Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

☒ Apenas II e IV.

☐ Apenas I e III.

☐ Apenas I e II.

☐ Apenas II e III.

☐ I, II, III e IV.

Prevenção: A adoção é a medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos

Tais atividades de tratamento de dados pessoais seguem os princípios do Art.6º

Livre acesso errado seria correto qualidade de dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

Adequação errado seria correto responsabilidade e prestação de contas : demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

8ª Questão

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, assinale a alternativa correta.

☒ O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá, dentre outras hipóteses, quando se verificar que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

☐ O titular dos dados pessoais não tem direito de obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a confirmação da existência de tratamento.

☐ A portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, prevista na Lei nº 13.709/2018, inclui dados que já tenham sido anonimizado pelo controlador.

☐ O titular dos dados pessoais não tem direito de obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

☐ Ao titular dos dados pessoais não é dado o direito de peticionar em relação aos seus dados, perante a autoridade nacional, contra o controlador.

O término de tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguinte hipótese, do qual a verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários.

9ª Questão

Para fins da Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, considera-se

☐ *anonimização* do dado a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado é dissociado, direta ou indiretamente, do operador.

☐ *Operador* a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

☒ *dado pessoal sensível* o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

☐ *Controlador* a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do operador.

E *Dado Anonimizado* é o dado pessoal que não pode ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se as demais alternativas erradas, apenas os dados pessoais sensíveis está correta.

10ª Questão

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, o titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca, dentre outras características, de

- ☐ **A** sigilo quanto a informações de contato do controlador.
- ☒ **X** informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade.
- ☐ **C** não divulgação das responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento.
- ☐ **D** não identificação do controlador.
- ☐ **E** sigilo quanto à finalidade específica do tratamento.

Uma vez que no Art. 9º, o titular tem o direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, objetiva, adequada e ostensiva.

11ª Questão

De acordo com a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), as atividades de tratamento de dados pessoais devem observar a boa-fé e o princípio

- ☐ **A** de dado pessoal, segundo o qual a informação é relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- ☐ **B** de banco de dados, como um conjunto estruturado de dados pessoais estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- ☐ **C** da anonimização, com a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- ☒ **X** da prevenção, com a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- ☐ **E** da eliminação, que é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

Princípios LGPD: responsabilização e prestação de contas, qualidade de dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, finalidade, adequação e necessidade.

12ª Questão

A Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) prevê a realização do tratamento de dados pessoais, mediante o consentimento do titular dos dados, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e para a realização de estudos ou execução de contratos a pedido do titular. As hipóteses em questão são exemplos de

- ☐ A princípios das atividades de tratamento de dados pessoais.
- ☐ B requisitos para o tratamento de dados pessoais sensíveis.
- ☐ C tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.
- ☐ D direitos do titular dos dados.
- ☒ X requisitos para o tratamento de dados pessoais.

De acordo Art. 7º da lei: O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;

IX - para a realização de estudos;

V - quando necessário para a execução de contrato a pedido do titular dos dados

13ª Questão

Considere que, em um órgão público, foi detectada a necessidade da atribuição de responsáveis para manterem registro das operações de tratamento de dados pessoais. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, quem devem ser esses responsáveis?

- ☐ A Os agentes de tratamento de dados e o conselho diretor.
- ☒ X O controlador e o operador.
- ☐ C O presidente da República e o controlador.
- ☐ D A autoridade nacional e o operador.
- ☐ E O governante e a autoridade nacional.

De acordo com o Art. 5º, Art .37, da Lei nº 13.709/2018: O Controlador e o Operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

14ª Questão

Diante da apropriação e utilização em massa das novas tecnologias da informação, pode-se perceber alterações diretas no que tange ao comportamento humano, questões contratuais, influência sobre a democracia, nos meios de prova, etc. Por envolver o aspecto de uma sociedade e economia informacional, dados ficam sob permanente vigilância e apropriação, seja(m) sob o aspecto on-line e / ou off-line. Assim, conclui-se que se está diante de uma nova vulnerabilidade, a digital, sob a qual deve-se ater às legislações de proteção de dados de forma geral, setorial e daquelas integradas parcialmente nas codificações.

Sob amplo espectro, tais legislações têm por objetivo garantir e proteger, no âmbito do tratamento de dados pessoais, a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa natural, particularmente em relação a sua liberdade, privacidade, intimidade, honra e imagem.

Considerando tal contexto analise as afirmativas a seguir.

I. É lícita a apreensão do celular quando efetuada no ato da prisão em flagrante, bem como o acesso aos dados nele contido quando existente autorização para perícia do seu conteúdo.

II. Tratando-se de abertura de contrato bancário, a impossibilidade de contratação do serviço sem a opção de negar o compartilhamento dos dados do consumidor não se revela exposição que o torna indiscutivelmente vulnerável, já que o serviço é facultativo.

III. A circunstância de se exigir os dados documentais, a exemplo do CPF, para viabilizar formação de cadastro perante farmácias gerando desconto não pode ser considerada abusiva, caso seja facultativa ou, não sendo, exista um real programa que gere benefícios ao consumidor, assim como seja esclarecido a finalidade do tratamento de dados, modo de retificação e exclusão e se há, ou não, repasse de dados a terceiros e a opção de aceite ou discordância de todos os itens.

IV. O sistema de transporte público ao utilizar “portas interativas digitais”, visando identificar o estado emocional das pessoas, gênero e faixa etária para venda de tais dados para terceiros e, então, direcionar suas estratégias de publicidade a partir das reações identificadas, não pode ser considerado abusivo, já que se trata de espaço público e somente a coleta de dados de imagens de crianças é que exige autorização, seja dos pais e / ou responsáveis.

Apresenta(m) contexto(s) em que não se garante nem tampouco se protege tais direitos a(s) afirmativa(s)

☐ A I e III, apenas.

☐ B II, apenas.

☒ C II e IV, apenas.

☐ D I, II, III, e IV.

Com relação as afirmativas II e IV:

II - É ilegal a cláusula prevista em contrato de prestação de serviços bancários, em que há a autorização da Instituição de compartilhar dados de seus clientes com outros bancos;

IV - A recepção e utilização de imagens e dados biométricos sem autorização prévia de seus titulares é ilegal porque viola o direito básico de serviços públicos a proteção de sua informações pessoais, descumpre o direito básico do consumidor de proteção contra práticas abusivas, desobedece a obrigação dos fornecedores de informar aos consumidores de forma clara sobre produtos e serviços ofertados, descumpre o direito constitucional de proteção a imagem, infringe o direito de crianças e adolescentes pela coleta de dados pessoais.

15ª Questão

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) incide quanto ao cadastro de usuários e clientes, alterando a maneira como as organizações devem tratar dados pessoais, com vistas a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a respeitar o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania. Considerando o disposto na referida lei, assinale a alternativa correta.

☐ A Essa lei aplica-se exclusivamente a dados coletados por meio digital.

☐ B Para os fins dessa lei, considera-se dado pessoal qualquer informação relacionada a pessoa física ou jurídica identificada ou identificável.

☒ C O tratamento de dados pessoais, bem como o compartilhamento desses dados, somente é permitido mediante consentimento do titular, salvo casos de exceção previstos na lei.

D Dados pessoais de crianças podem ser coletados sem consentimento prévio e armazenados para fins de contato com os pais ou o responsável legal.

E O consentimento do tratamento dos dados deve ser fornecido pelo titular antecipadamente à coleta dos dados e presume concordância com o compartilhamento dos respectivos dados pessoais com entidades parceiras por tempo indeterminado.

No Art. 7 da Lei nº 13,709/2018, está descrito: É dispensada a exigência do consentimento previsto no capítulo deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.